

<b>Assunto: Mal-estar entre Paulo e Judiciário</b>	
<b>Veículo: Jornal do Comércio</b>	
<b>Editoria: Capa</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: 1</b>	<b>Data: 10/04/2015</b>

jornal do  commercio

# Mal-estar entre Paulo e o Judiciário

TJPE acusa governo de “corte expressivo” no orçamento. Mas governador diz que cumpre os repasses acertados.  página 4

<b>Assunto:</b> TJPE bate de frente com a gestão Paulo Câmara	
<b>Veículo:</b> Jornal do Comércio	
<b>Editoria:</b> Política	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 4	<b>Data:</b> 10/04/2015

jornal do  **commercio**

# TJPE bate de frente com a gestão Paulo

**PODERES** Em meio à cobrança de seus servidores por aumento, o Judiciário reivindica mais recursos do Executivo e ameaça ir ao STF contra governo, que diz seguir o orçamento

**Franco Benites**  
fbenites@jc.com.br

O Executivo e o Judiciário pernambucano bateram de frente ontem. O Tribunal de Justiça (TJPE) divulgou uma nota acusando o governo estadual de fazer um “corte expressivo” no orçamento do Judiciário. De acordo com a assessoria do tribunal, o orçamento definido para este ano foi R\$ 1,39 bilhão, mas houve um corte de R\$ 103 milhões e antes já haviam sido tirados outros R\$ 56 milhões da proposta de orçamento aprovada pelo Pleno do TJPE, que era de R\$ 1,43 bilhão.

Por meio de sua assessoria, o governador Paulo Câmara (PSB) negou o corte e declarou que o repasse do duodécimo mensal do Judiciário está ocorrendo normalmente de acordo com os valores estabelecidos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2015. Ainda segundo a nota, o Executivo apenas se recusou a atender um pedido do Judiciário para a ampliação dos valores estabelecidos na lei.



**DESARMONIA** Paulo com Frederico Neves: queda de braço

O TJPE fez uma tréplica na qual disse estranhar a negativa do governo estadual e destacou que o Pleno do tribunal se reunirá na próxima segunda-feira para definir as medidas administrativas e judiciais contra o Executivo. Há a possibilidade do tribunal recorrer ao Supremo Tri-

bunal Federal (STF).

Paulo esteve ontem no Agreste nos seminários do Todos por Pernambuco, mas um dia antes de viajar se reuniu com o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves. A decisão de expor os problemas financeiros entre o Executivo e Judiciá-

rio partiu do tribunal após esse encontro. Vale destacar que a primeira visita de cortesia de Paulo a outro Poder depois que tomou posse como governador foi ao Judiciário, no dia 12 de janeiro.

## GREVE

As críticas do presidente do TJPE ao Executivo ocorrem após ele ser cobrado pelos servidores do Judiciário por melhorias salariais. A categoria fez uma assembleia ontem e decidiu decretar greve a partir da próxima segunda-feira. “Vamos cruzar os braços e faremos uma manifestação no Centro da cidade (Recife) na próxima quarta”, informou o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário, Eliseu Magno.

Alegando falta de recursos, a Presidência do TJPE diz que serviços judiciais prestados à população podem ser comprometidos. O tribunal também declara, sempre por meio de nota, que a crise financeira poderá resultar na desativação de comarcas do interior do Estado.

Roberto Pereira/Divulgação Governo do Estado

<b>Assunto: Judiciário quer 100 milhões</b>	
<b>Veículo: Jornal do Comércio</b>	
<b>Editoria: Política</b>	<b>Seção: pinga –fogo/Giovanni Sandes</b>
<b>Página: 4</b>	<b>Data: 10/04/2015</b>

**jornal do  commercio**



O presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, em nota afirmou que Paulo Câmara fez um corte "unilateral" no orçamento do Judiciário. Do outro lado, o próprio Paulo teria ficado surpreso com o teor agressivo da nota. Nos bastidores se fala que a situação tem preço alto: um pedido de R\$ 100 milhões a mais no orçamento do Judiciário, em plena crise.

<b>Assunto:</b> OSS da saúde sem dinheiro	
<b>Veículo:</b> Jornal do Comércio	
<b>Editoria:</b> Política	<b>Seção:</b> pinga –fogo/Giovanni Sandes
<b>Página:</b> 4	<b>Data:</b> 10/04/2015

**jornal do  comercio**

## OSs da saúde sem dinheiro

Hoje é o centésimo dia do governo Paulo Câmara (PSB). E o noticiário dificilmente poderia amanhecer pior. Além de tudo o que está aí, como a crise do Executivo e o Judiciário, o dia deve ser ainda mais duro. Um dos legados de Eduardo Campos para o Estado, as Organizações Sociais da Saúde (OSS) dão sinais de esgotamento. É uma história que começa no símbolo dessa área, o Imip, com hospitais e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) de Pernambuco.

Desde o ano passado, pequenos fornecedores da entidade já se queixavam de atrasos. Dados do Portal da Transparência já usados aqui mostram que em 2014 a última fatura paga pelo Estado à entidade foi em 1º de agosto. Segundo essa base de informações, nesses 8 meses até agora o Imip não recebeu nem R\$ 2 milhões. A média era de R\$ 20 milhões por mês.

A coluna revelou a situação em 19 de fevereiro passado. Na época, houve silêncio total da entidade e governo, embora os fornecedores reforçassem os atrasos de pagamentos do Imip.

Desta vez é diferente. Não há previsão de retomada de repasses da Secretaria de Saúde, dinheiro pernambucano e do Sistema Único de Saúde (SUS), federal. Com esse discurso o Imip reuniu chefes de pessoal e avisou: não tem como pagar salários, um problema que atingiria mais que o Imip. Envolveria o modelo de OSS – problemas de subfinanciamento do SUS e uso de repasses federais só na rede própria estadual.

Enfim: salários, só quando o governo pagar.

<b>Assunto:</b> Crise entre Judiciário e Executivo	
<b>Veículo:</b> Jornal do Comércio	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b> JC Negócios/Fernando Castilho
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 10/04/2015

**jornal do  commercio**

---

## **O TJPE também parou obra**

A frustração do Presidente do TJPE, Frederico Neves, com o governador Paulo Câmara, tem a ver com a parada que precisou dar nas obras contratadas.

---

## **E não pode alocar mais juízes**

O caso mais grave é o do novo prédio do Fórum Joana Bezerra, que precisou parar a construção desde agosto passado e sem previsão de conclusão.

<b>Assunto:</b> Rapaz vende peças furtadas por R\$ 150	
<b>Veículo:</b> Jornal do Comércio	
<b>Editoria:</b> Cidades	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 4	<b>Data:</b> 10/04/2015

jornal do  **comercio**

# Rapaz vendeu peças furtadas por R\$ 150

**SOLAR DE APIPUCOS** Exame apontou que impressões digitais achadas em 2 roubos na casa de Gilberto Freyre são de usuário de crack de 15 anos. Ele será internado hoje

Fotos: Polícia Federal/Divulgação



**ACHADOS** Polícia recuperou pelo menos 20 medalhas que faziam parte do acervo da casa-museu

**U**m rapaz de 15 anos seria o responsável pelos dois últimos roubos à Casa-Museu Fundação Gilberto Freyre, em Apipucos, Zona Norte do Recife. Segundo a Polícia Federal (PF), à frente das investigações dos furtos cometidos em março, exames papiloscópicos apontaram a presença das impressões digitais do jovem na cena do crime. Pelos menos 20 medalhas e uma caneta que faziam parte do acervo da casa onde viveu o sociólogo foram recuperadas pela polícia. O suspeito de cometer o crime é dependente químico e será internado em uma casa de recuperação para tratar o vício.

De acordo com a PF, o jovem confessou ser o autor do primeiro roubo registrado na Casa Museu, no dia 16. Em depoimento, ele afirmou que estava consumindo crack perto do Solar de Apipucos quando resolveu pular o muro do museu. Conseguiu subtrair talheres, anéis, pulseiras, relógios e canetas de prata e ouro que pertenciam ao escritor. Ele ainda disse ter vendido parte dos objetos na rua e no Mercado de Casa Amarela, também na Zona Norte. O valor obtido com a venda das peças, cerca de R\$ 150, seria usado para comprar mais drogas, informou à polícia.

Embora tenha negado envolvimento com o segundo roubo, no dia 27, os laudos produzidos pela PF apontaram que as digitais encontradas no local nos dois dias em que foram re-

gistradas invasões pertencem ao suspeito. Ainda serão feitos exames de DNA das amostras de sangue também colhidas no local. O rapaz foi autuado por ato infracional e responderá em liberdade por deterioração de bem especialmente protegido. A pena, que varia de 1 a 3 anos de reclusão, será definida pela Vara da Infância e da Juventude do Recife.

Por iniciativa de um dos agentes da PF que investigava o caso, o jovem será internado hoje em uma casa de recuperação para dependentes químicos. O espaço fica em Igarassu, no Grande Recife, e é mantido por uma igreja evangélica.

Alguns dos objetos furtados foram recuperados pela polícia com a ajuda de familiares do acusado. Os itens estavam escondidos num imóvel no bairro de Nova Descoberta, também na Zona Norte. Outros objetos levados do acervo estão sendo procurados.

A PF adverte que as pessoas que adquiriram os artigos furtados poderão responder pelo crime de receptação, que tem pena de três a quatro anos de reclusão. Informações sobre o paradeiro das peças roubadas podem ser repassadas pelo Disque-Denúncia, no (81) 3421-9595. O anonimato é garantido.



Caneta que  
pertenceu a  
Gilberto Freyre  
foi recuperada

<b>Assunto:</b> Médico será ouvido sobre morte de paciente	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> local	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 4	<b>Data:</b> 10/04/2015

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

Recife, SEX - 10/04/2015

### **Médico será ouvido sobre morte de paciente**



**Gustavo Menelau, acusado pela morte de Fernanda Nóbrega, após operação bariátrica, responde perguntas à Justiça hoje às 14h.**

FACEBOOK/REPRODUCAO DA INTERNET

<b>Assunto:</b> Menção à Vara da Infância e Juventude	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Local	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> A4	<b>Data:</b> 10/04/2015

**DIÁRIO** de PERNAMBUCO

# Após o erro, a chance de um novo começo



**Agente foi procurado pela mãe do garoto e se comoveu com a história**

**WAGNER OLIVEIRA**

wagneroliveira.pe@dabr.com.br

**A**os 15 anos, Rafael\* não sabe ler nem escrever. Trocou a sala de aula pelas drogas desde cedo. Começou experimentando maconha, passou pela cola e há mais de um ano foi apresentado ao crack. “Eu vendia pedras quando um homem me ensinou a fumar. Fiquei viciado na primeira vez que usei.”

Para sustentar a dependência, invadiu duas vezes a Casa-Museu Magdalena e Gilberto Freyre, em Apipucos, de onde levou objetos de prata e ouro. Após confessar os furtos à mãe, o garoto foi surpreendido pelo gesto de um policial federal, que se ofereceu a ajudá-lo no tratamento contra as drogas.

A mãe de Rafael, uma dona de casa de 37 anos, lutava há meses para internar o filho. Depois que o menino assumiu as infrações, ela telefonou para a Polícia Federal e contou o que aconteceu.

“Os policiais vieram à minha casa e perguntaram se meu filho havia chegado com algum objeto de ouro ou de prata. Eu disse que não vi nada. Sepois questionei meu filho e ele confessou”, disse a dona de casa.

O que a mãe não esperava era que um dos agentes da PF pudesse mostrar um caminho para acabar com o problema que tirava o sossego da famí-

lia. "O policial perguntou se aceitaríamos que nos ajudasse a livrá-lo das drogas. Fiquei emocionada. Foi um anjo que apareceu na minha vida."

O anjo a quem ela se refere é o agente Ricardo Belmonte. Policial federal há 19 anos, ficou comovido com a situação. "Faço parte de uma igreja que ajuda uma clínica de recuperação e perguntei se o garoto gostaria ser levado para lá. Ele e os familiares aceitaram na hora. Acredito nas pessoas e senti que o adolescente quer mudar de vida."

O adolescente chegou a ven-

der roupas e pedir dinheiro para comprar crack. "Não quero mais usar", diz. Sem saber o valor das peças que furtou, ele vendeu tudo por R\$ 2 mil.

"Paguei R\$ 50 que devia a um colega e o restante gastei com drogas", confessa. Ontem, Belmonte, o garoto e sua mãe foram ao Centro de Recuperação de Dependentes de Drogas, em Igarassu. "Fui ao Conselho Tutelar e pedi autorização para mandar meu filho à clínica. Tenho fé que ele vai se recuperar", aposta a dona de casa.

\*NOME FICTÍCIO



Algumas peças foram entregues à Polícia Federal

**+ saibamais** Do furto das peças à oferta de ajuda pelo policial



O adolescente de 15 anos invadiu duas vezes a Casa Museu Fundação Gilberto Freyre, nas madrugadas de 16 de 27 de março, e furtou objetos de prata e ouro que estavam no local, incluindo anéis, medalhas, relógios e talheres, entre outras peças



Depois que a polícia foi à casa do adolescente, na Zona Norte do Recife, a mãe questionou o filho e ele confessou os furtos. A dona de casa advertiu a comunidade de que quem estivesse com as peças seria responsabilizado e acionou a PF



Na semana passada, segundo a mãe do adolescente, um homem chegou numa moto até sua casa e, sem tirar o capacete, lhe entregou uma sacola com 20 medalhas e uma caneta de ouro que haviam sido furtadas.



Um dos agentes da Polícia Federal envolvido na investigação ficou comovido com a situação da família do garoto de 15 anos e ofereceu ajuda para internamento em uma clínica de recuperação de viciados em drogas. O garoto aceitou a proposta

GREG/DP

# Destino nas mãos da Justiça

Apesar de estar com internamento garantido, o futuro do garoto ainda é indefinido. Como ele não foi autuado em flagrante pelo ato infracional correspondente aos crimes de deterioração de bem especialmente protegido e furto e prestou depoimento de forma espontânea, não pôde ser apreendido. No entanto, a autoria dos furtos registrados nas madrugadas de 16 e 27 de março foi comprovada pelas digitais do garoto.

Depois de concluído, o inquérito da PF será encaminhado à Vara da Infância e Juventude. "A Justiça vai decidir o destino do adolescente. Enquanto isso, ele ficará internado na clínica", ressalta o chefe de comunicação da PF, Giovani Santoro. Pela lei, um menor de idade pode ser recolhido por no máximo três anos.

A polícia informa que apenas 20 medalhas e uma caneta foram recuperadas. Ainda estão espalhados em locais desconhecidos anéis, pulseiras, relógios, talheres e condecorações.

A PF adverte que pessoas que possam ter adquirido os objetos ou saibam onde estão devem entrar em contato com o Disque-Denúncia - (81) 3421-9595 - ou ainda fazer a devolução na Casa Museu, Rua Dois Irmãos, 320, Apipucos.

Quem entregar de forma voluntária não será enquadrado. Já as pessoas encontradas com objetos poderão responder por receptação, com pena de até 4 anos.

<b>Assunto: Poderes - TJPE critica cortes feitos pelo governo</b>	
<b>Veículo: Diário de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Política</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: b4</b>	<b>Data: 10/04/2015</b>

# DIÁRIO de PERNAMBUCO

PODERES

## TJPE critica cortes feitos pelo governo

**SÁVIO GABRIEL**  
savlogabriel.pe@dabr.com.br

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Frederico Neves, informou ontem ter sido pego de surpresa com um corte de R\$ 159 milhões no orçamento do órgão para 2015. Com a decisão, tomada pelo governo do estado, o valor, que inicialmente era de R\$ 1,43 bilhão, passa a ser de R\$ 1,27 bilhão. Por meio de nota, a instituição informou que o enxugamento pode comprometer diversos serviços que são prestados à população, resultando, inclusive, na desativação de comarcas localizadas no interior.

Aprovado no fim do ano passado, o orçamento havia sofrido uma redução de R\$ 180 milhões quando o TJPE lançou o valor no e-Fisco. Segundo o tribunal, após reuniões, o governo decidiu cortar apenas R\$ 56 milhões, mas, de última hora, teria decidido cortar mais R\$ 103 milhões, totalizando R\$ 159 milhões. Atualmente, o repasse de verbas ao Judi-



BERNARDO DANTAS / F.A.PR. t

**Frederico Neves disse ter sido surpreendido com o corte**

ciário corresponde a 3,73% do orçamento do estado. Para o TJPE, "um dos três piores percentuais do país".

O enxugamento poderá inviabilizar ainda, segundo o tribunal, alguns projetos de combate ao crime, como a instalação de varas e a duplicação de outras. O que o TJPE considerou um "desrespeito à autonomia do Poder Judiciário" e classificou como "comportamento reprovável nunca antes vivenciado no estado". Devido ao impasse, a presidência do TJPE convocou uma sessão extraordinária do Pleno para a próxima segunda-feira, às 10h, na qual serão discutidas as providên-

cias administrativas e judiciais a serem tomadas.

Também por meio de nota, o governo de Pernambuco informou que não houve qualquer corte no orçamento do Poder Judiciário. A gestão estadual alega que recebeu um pedido para aumentar os valores do duodécimo (parcela que é paga mensalmente), mas que "diante do atual cenário nacional, o pleito não poderá ser atendido de imediato". O governo reiterou que "respeita o Poder Judiciário e seus membros" e se mostrou aberto ao diálogo para "verificar, conjuntamente, alternativas ao pleito apresentado".

“

**O governo do estado reitera o respeito ao Poder Judiciário e aos seus membros”**

Trecho da nota enviada pelo governo do estado

<b>Assunto: O sapato apertou</b>	
<b>Veículo: Diário de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Economia</b>	<b>Seção: diário econômico/Bruna Siqueira Campos</b>
<b>Página: b8</b>	<b>Data: 10/04/2015</b>

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

### *O sapato apertou*

Quando o dinheiro fica escasso e o sapato aperta, só alguém à imagem e semelhança de Madre Teresa de Calcutá mantém o sorriso no rosto. Principalmente se o assunto diz respeito a corte de verbas, tema que tem incomodado tanto quanto outros nada simpáticos, vide arrocho fiscal ou "realismo tarifário". Foi o que se viu ontem, nas notas à imprensa trocadas pelos poderes Executivo e Judiciário do estado. Sentindo-se ameaçado pelo contingenciamento que o governo Paulo Câmara vem exercitando para segurar as contas, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) demonstrou seu desagrado. O desembargador Frederico Neves alegou que não se pode suprimir recursos sem comunicação formal ou prévia deliberação do Poder Legislativo e classificou qualquer medida de "reprovável". Informou em comunicado que a participação do Judiciário de Pernambuco é de 3,73% sobre o Orçamento Geral do Estado, "um dos três piores percentuais do país", segundo a Confederação Nacional de Justiça (CNJ). Por sua vez, o governo nega que tenha feito algum corte, mas chama à realidade e diz que nenhum pleito do Judiciário para ampliação de repasses poderá ser atendido. Também, pudera: o próprio Executivo vai enxugar R\$ 320 milhões do seu custeio para honrar as contas que virão após estes primeiros – e difíceis – 100 dias da nova gestão. De fato, aparar a grama do vizinho não vai ser tarefa fácil para o economista e ex-secretário da Fazenda executar. A prova é que o Judiciário já fala em desativar comarcas do interior, adiar a duplicação das varas de violência contra a mulher e de entorpecentes, assim como deixar para depois a criação da Vara de Combate ao Crime Organizado. Quem vai pagar essa conta, a gente já sabe.

<b>Assunto: Os servidores do TJPE – a progressão e o aumento</b>	
<b>Veículo: Diário de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Opinião</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: a9</b>	<b>Data: 10/04/2015</b>

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

# Os servidores do TJPE - a progressão e o aumento

**REINALDO LESSA**  
APOSENTADO DO TJPE  
reinaldo-lessa@hotmail.com

**N**a realidade o Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco vem investindo bastante assim procurando cada vez mais melhorar o desempenho daquela Corte, que atualmente vem se constituindo num ponto de referência, para os que procuram o referido Tribunal.

Existe um Plano de Progressão, que vem atropelando o andamento da boa

vontade entre os serventuários e o trabalho do Tribunal. Pelo que se fala é aquela coisa que todo mundo que trabalha deseja sempre: um salário melhor. O Presidente da Republica, os Senadores e Deputados Federais, os Governadores, Deputados Estaduais e o Judiciário tiveram aumentos, então os serventuários estão certos que terão um aumento relativamente bom .

Se não houver um equilíbrio real, entre os servidores e o aumento poderemos registrar , o Plano de Progres-

são vai caminhar, um tanto ou quanto lentamente, tendo em vista que os aumentos que estão sendo divulgados pelos jornais, parecem despertar aqueles que esperam uma majoração compensadora.

Nos últimos anos o sistema financeiro do Tribunal de Justiça, justiça seja feita, vem numa determinação excelente sendo pontualíssimos os pagamentos dos serventuários efetivos e aposentados, o que proporciona aos mesmos resolverem os seus compromissos tranquilamente. Acreditamos que o Presidente do TJPE que tão bem vem conduzindo o Tribunal, encontrará, se Deus quiser, uma solução digna para resolver o assunto a que nos referimos.

<b>Assunto:</b> Arrocho para todos	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Política	<b>Seção:</b> Folha Política/Renata Bezerra
<b>Página:</b> 4	<b>Data:</b> 10/04/2015

**FOLHA**  
DE PERNAMBUCO

## Arrocho para todos

Felipe Ribeiro/Arquivo Folha

Na Alepe, é comum ouvir parlamentares queixando-se de que sofrem tratamento distinto do poder Judiciário, quando o assunto é aumento de verba. Costumam repetir que as críticas só recaem sobre o Legislativo. Ontem, foi o próprio Judiciário, que, em nota, atacou "corte expressivo" no seu orçamento, por iniciativa do Executivo, "sem prévia deliberação do Poder Legislativo".



<b>Assunto:</b> Mesma Regra	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Política	<b>Seção:</b> Folha Política/Renata Bezerra
<b>Página:</b> 4	<b>Data:</b> 10/04/2015



**MESMA REGRA** - Nos bastidores do Palácio, correu que o Judiciário pleiteava R\$ 100 milhões a mais no orçamento original. Diante do cenário de crise nacional, o governador, que, na semana passada, negou reajuste aos professores, informou que não teria como atender.

<b>Assunto: TJPE critica corte orçamentária</b>	
<b>Veículo: Folha de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Política</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: 4</b>	<b>Data: 10/04/2015</b>



## TJPE critica corte orçamentário

ALEX RIBEIRO  
*Do Blog da Folha*

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) lançou uma nota, ontem, criticando o corte no orçamento do Poder Judiciário pelo Governo do Estado. O texto relata que o ato viola a independência da instituição “sem comunicação formal e sem prévia deliberação do Poder Legislativo”. Segundo a nota, o “desrespeito” com a autonomia do Poder

Judiciário compromete o Estado Democrático de Direito e que “nunca foi vivenciado em Pernambuco”. O texto diz que alguns serviços judiciais poderão ser prejudicados com a restrição.

Em resposta, o Governo do Estado relatou, também em nota, que respeita a autonomia dos poderes estabelecidos pela Constituição Federal e que mantém uma relação de “esforço mútuo para a construção de uma

sociedade mais justa e solidária”. E diz que não houve nenhum corte feito pelo Governo.

“O repasse do duodécimo mensal do Poder Judiciário, em que pese o contexto de crise econômica e financeira nacional, vem ocorrendo normalmente – sem nenhum corte – todo dia 20 do mês, de acordo com os valores estabelecidos pela Lei Orçamentária para o exercício de 2015, aprovada pela Assembleia Legislativa

em 2014”, diz a nota.

O Governo relata que recebeu um novo pleito do Judiciário para ampliação de valores estabelecidos na Lei Orçamentária em vigor. Porém, não poderá atender de imediato o pedido por conta do atual cenário nacional.

Na segunda será realizada uma sessão extraordinária do Pleno do Tribunal para que o colegiado delibere sobre providências administrativas e judiciárias que poderão ser adotadas.

<b>Assunto:</b> Roubou acervo de Gilberto Freyre para comprar crack	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Cotidiano	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 1	<b>Data:</b> 10/04/2015

**FOLHA**  
DE PERNAMBUCO

Suspeito vai responder pelo ato infracional

Polícia Federal/Divulgação



ALGUMAS das peças furtadas foram recuperadas pelos familiares do adolescente

# Roubou acervo de Gilberto Freyre para comprar crack

■ **SEGUNDO** a Polícia Federal, digitais do adolescente de 15 anos, viciado na droga, foram encontradas na casa-museu

DIEGO MENDES e  
VANESSA OLIVER

A Polícia Federal (PF) apreendeu o adolescente de 15 anos suspeito de furtar objetos da casa-museu Gilberto Freyre, em Apipucos, no Recife, revelando o drama de uma família. Há um ano a mãe do garoto luta para libertá-lo do vício do crack. E foi para comprar o entorpecente que o jovem invadiu o espaço e pegou os objetos para vender. O adolescente terá a chance de se tratar. Um policial que participou da investigação se compadeceu com a história e conseguiu uma clínica de recuperação para levá-lo hoje. Ele vai responder pelo ato infracional, já que a polícia constatou que as impressões digitais encontradas na casa são dele. O inquérito foi encaminhado à Vara da Infância e Juventude do Recife. O roubo ocorreu na madrugada do dia 27 de março passado.

O adolescente suspeito de ter invadido a casa-museu se encaixa na faixa etária dos pacientes que serão atendidos pelo programa de prevenção ao uso de álcool e outras drogas que será lançado pelo Governo do Estado no próximo semestre (leia mais na pág. 2). Mas a família tem a esperança que, antes disso, com o tratamento oferecido na clínica de recuperação, ele fique livre das drogas.

De acordo com a PF, no momento em que resolveu pular o muro da casa-museu, o adolescente estava drogado. Entre os objetos furtados estavam anéis, pulseiras, relógios, canetas, talheres, me-



**FURTO** ocorreu na madrugada do dia 27 de março passado

## Folha resume

Trezes dias após a invasão a casa-museu Gilberto Freyre, no bairro de Apipucos, a Polícia Federal apreendeu um adolescente de 15 anos. Segundo a PF, as digitais dele foram encontradas na residência. Viciado em crack, ele será encaminhado para tratamento e responderá pelo ato infracional.



Ele disse várias vezes que precisa de ajuda. Já ela (a mãe) contou que não conseguiu apoio. História triste, mas rotineira”

Ricardo Belmont, policial federal que vai encaminhar o adolescente hoje para tratamento

dalhas e condecorações recebidas pelo escritor Gilberto Freyre. Em seguida, foi vender no Mercado de Casa Amarela. Arrecadou R\$ 150. Dinheiro usado para alimentar o vício.

O policial federal Ricardo Belmont decidiu apoiar a família depois de ter ouvido os relatos da mãe e do menino. “Ele disse várias vezes que

## Saiba mais

**O CASO** - A casa foi invadida pelo telhado e teve as vidraças quebradas e os móveis revirados. Objetos de Magdalena Freyre, esposa do escritor, também foram levados.

precisa de ajuda. Ela contou que não conseguiu apoio para tratar o filho. História triste. Mas, infelizmente, rotineira”, lamentou Belmont.

Alguns dos objetos furtados foram recuperados com a ajuda dos familiares do menino. Entre eles, 20 medalhas e uma caneta. Estavam em uma casa em Nova Descoberta, na Zona Norte. Quem comprou as peças ainda não encontradas deve procurar a PF. Informações sobre as peças podem ser dadas pelo Disque-Denúncia, por meio do telefone (81) 3421-9595.

<b>Assunto: Presidente do TJPE em solenidade no TRF5</b>	
<b>Veículo: Folha de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Programa</b>	<b>Seção: Persona/Márcio Bastos</b>
<b>Página: 2</b>	<b>Data: 10/04/2015</b>



## PRESTÍGIO

A solenidade de posse da nova mesa diretora do TRF/5ª para o biênio 2015/2017, quarta, no pleno do tribunal, foi das mais prestigiadas. Os desembargadores Marcelo Navarro, Francisco Machado e Fernando Damasceno assumiram os cargos de presidente, vice e corregedor-regional, respectivamente. Além de Paulo Câmara, vários governadores nordestinos compareceram, entre eles Renan Filho (AL), além dos ministros do STJ, Francisco Falcão, OG Fernandes e Luiz Alberto Gurgel.

Os governadores Camilo Santana, do Ceará, e Robinson Faria, do Rio Grande do Norte, eram uns dos mais assediados na cerimônia. O assessor jurídico Djair Pedrosa representou o presidente do **Grupo EQM**, Eduardo Monteiro, na ocasião.

Ainda por lá, o presidente do TJPE, Frederico Neves; o presidente do TRE, Fausto Campos, Carlos Porto, Gisane Barbosa...

<b>Assunto: TJPE reafirma que houve cortes no orçamento e promete medidas contra governo Paulo Câmara</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 10/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



crise entre poderes

## **TJPE reafirma que houve cortes no orçamento e promete medidas contra governo Paulo Câmara**



Tudo começou no meio da tarde, quando o Blog de Jamildo revelou, com informações do presidente do Sindojus-PE, Marco Albuquerque, que o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, havia dado uma declaração simbolicamente muito forte, reveladora da crise fiscal que afeta as contas do Estado.

“Instaurou-se uma crise entre o Judiciário e o Executivo de Pernambuco” declarou Frederico Neves, em reunião com o Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado (Sindojus-PE) e as demais entidades representativas da categoria (ASPJ-PE e Sindojud-PE) na manhã desta quinta (9). No encontro, o magistrado disse com todas as letras que o motivo do desencontro era a negativa de cumprimento por parte do Executivo em relação ao repasse aprovado na Assembleia Legislativa de Pernambuco e sancionado pelo governo do Estado para este ano, verba usada para garantir o funcionamento do Judiciário e atendimento da população.

Não foi só. Logo após a revelação, o TJPE divulgou uma ampla nota oficial explicando os problemas, depois negados pelo governo Paulo Câmara, por meio de outra nota oficial.

Neste começo de noite, o Tribunal de Justiça de Pernambuco divulgou uma nova nota oficial, informando que, ao tempo em que estranha a negativa do Governo, reafirma a ocorrência de corte no orçamento do Poder Judiciário, definido na Lei Orçamentária Anual (No. 15.436, de 23/12/2014).

“Esclarece, ainda, que embora esteja havendo repasse do duodécimo mensal, a redução foi promovida em uma das fontes definidas pelo próprio Executivo para o repasse dos recursos. O Pleno do Tribunal se reúne na próxima segunda-feira (13/4) para definir as medidas judiciais e administrativas cabíveis”, diz o texto.

<b>Assunto: Em nota oficial, TJPE reclama de corte no orçamento pelo Governo do Estado</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 10/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



farinha pouca, meu pirão primeiro

### **Em nota oficial, TJPE reclama de corte no orçamento pelo Governo do Estado**



Veja a nota oficial

No dia de ontem, o Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Desembargador Frederico Neves, após várias reuniões com o Governador Paulo Câmara, foi surpreendido com a notícia de que o Poder Executivo confirmará corte expressivo no orçamento do Poder Judiciário.

A nenhum Governo é dado, ainda que sob a alegação de dificuldades, adotar, como primeira alternativa, postura que viole a independência de outro Poder, mediante a supressão de orçamento, de forma unilateral, sem comunicação formal e sem prévia deliberação do Poder Legislativo.

O desrespeito à autonomia do Poder Judiciário, nessa magnitude, é comportamento reprovável nunca antes vivenciado em Pernambuco, que põe em risco o Estado Democrático de Direito.

Pontue-se, ademais, que, segundo o Portal da Transparência do CNJ (link orçamento), o percentual de participação do orçamento do Poder Judiciário de Pernambuco, 3,73%, no Orçamento Geral do Estado é um dos três piores do País, quando comparado ao dos demais Estados da federação.

Em vista disso, a Presidência do Tribunal de Justiça convocou sessão extraordinária do Pleno para a próxima segunda-feira (13/4), às 10h, para que o colegiado delibere sobre as providências administrativas e judiciais a serem adotadas.

Mantido esse cenário, alguns serviços judiciais prestados à população poderão ser seriamente comprometidos, com riscos de inviabilização de vários projetos que reforçariam o combate ao crime, previstos para este ano, tais como a duplicação das Varas de Violência contra a Mulher e das Varas de Entorpecentes da Capital, a instalação das Varas de Violência Contra a Mulher de Caruaru e Petrolina, a criação da Vara de Combate ao Crime Organizado e de mais uma Vara de Execuções Penais.

Estuda-se, ainda, como alternativa, a desativação de comarcas do interior, por absoluta falta de recursos apropriados, o que, infelizmente, afetará a população.

<b>Assunto: Em nota, Governo Paulo Câmara avisa que não promoveu cortes no Judiciário. Só não pode atender novo pleito para ampliar valores</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 10/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



ajuste fiscal de Paulo Câmara

**Em nota, Governo Paulo Câmara avisa que não promoveu cortes no Judiciário. Só não pode atender novo pleito para ampliar valores**



*Foto: Roberto Pereira/ Sei*

Veja a nota oficial

O Governo do Estado de Pernambuco respeita a autonomia dos Poderes estabelecidos pela Constituição Federal, com os quais mantém uma relação de esforço mútuo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

O Governo de Pernambuco vem a público deixar claro que não houve nenhum corte no orçamento do Poder Judiciário.

O repasse do duodécimo mensal do Poder Judiciário, em que pese o contexto de crise econômica e financeira nacional, vem ocorrendo normalmente – sem nenhum corte –

todo dia 20 do mês, de acordo com os valores estabelecidos pela Lei Orçamentária para o exercício de 2015, aprovada pela Assembleia Legislativa de Pernambuco em 2014.

Este ano, o Governo do Estado recebeu um novo pleito do Judiciário para ampliação dos valores – envolvendo as fontes próprias do Tesouro estadual – estabelecidos na Lei Orçamentária em vigor. Infelizmente, diante do atual cenário nacional, não poderá ser atendido de imediato, o aumento pedido pelo citado Poder.

O Governo do Estado reitera o respeito ao Poder Judiciário e aos seus membros. O Governo está aberto ao diálogo e com a disposição de continuar a verificar, conjuntamente, alternativas ao pleito apresentado.

Governo do Estado de Pernambuco

<b>Assunto: AMEPE manifesta apoio ao TJPE na defesa da autonomia financeira do Judiciário</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 10/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



ajuste fiscal de Paulo Câmara

## **AMEPE manifesta apoio ao TJPE na defesa da autonomia financeira do Judiciário**



A Associação dos Magistrados de Pernambuco (AMEPE), entidade que congrega cerca de 500 magistrados, veio a público manifestar apoio ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) na defesa da autonomia financeira do Poder Judiciário.

Nos últimos anos, o Judiciário vem sofrendo cortes em seu orçamento pelo Poder Executivo e o percentual repassado hoje (3.73%) está entre os três piores do País, quando comparado aos dos demais estados.

Os recursos são essenciais para o funcionamento do Judiciário Estadual, que necessita de investimentos em infraestrutura para atender a crescente demanda da população.

Os frequentes cortes no orçamento prejudicam diretamente o 1º Grau, onde estão 98% dos processos e que possui um déficit de cerca de 200 magistrados, comarcas vagas no Interior, além de novas varas que precisam ser instaladas.

<b>Assunto: Em encontro com sindicalistas, presidente do TJPE declara que se instaurou crise entre Judiciário e Executivo. Oi?</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 10/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



**batalha do orçamento**

### **Em encontro com sindicalistas, presidente do TJPE declara que se instaurou crise entre Judiciário e Executivo. Oi?**

Em reunião com o Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado (Sindojus-PE) e as demais entidades representativas da categoria (ASPJ-PE e Sindojud-PE) na manhã desta quinta (9), o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, deu uma declaração simbolicamente forte, reveladora da crise fiscal que afeta as contas do Estado.

“Instaurou-se uma crise entre o Judiciário e o Executivo de Pernambuco” declarou.

O motivo do desencontro seria a negativa de cumprimento por parte do Executivo em relação ao repasse aprovado na Assembleia Legislativa de Pernambuco e sancionado pelo governo do Estado para este ano.

Esta verba irá garantir o funcionamento do Judiciário e atendimento da população.

Depois do encontro, com a direção do TJPE, os servidores do Judiciário fazem assembleia neste momento uma assembleia para deliberar se será deflagrada uma greve no setor.

O presidente do Sindojus-PE, Marco Albuquerque, adiantando o clima, diz que o momento é de luta.

“Um dos pilares da democracia é a independência dos poderes, inclusive do Judiciário. Esta decisão deve ser rechaçada”.

<b>Assunto: Orçamento: TJPE ameaça desativar comarcas</b>	
<b>Veículo:</b> Blog do Magno Martins	<b>Data:</b> 10/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Orçamento: TJPE ameaça desativar comarcas**

Do G1 PE

A oferta de serviços judiciais no Estado poderá ser reduzida este ano em função de um corte no orçamento do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). De acordo com nota divulgada na tarde desta quinta-feira (09), o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, "foi surpreendido com a notícia de que o Poder Executivo confirmará corte expressivo no orçamento do Poder Judiciário".

O governo do Estado, no entanto, nega que qualquer redução de verbas tenha sido feita. Ainda conforme a nota do governo, o que foi negado ao TJPE foi um pedido para aumento do orçamento já previsto.

Por volta das 20h, o Tribunal de Justiça de Pernambuco divulgou nova nota, reafirmando a ocorrência da diminuição das verbas.

### **Redução de serviços**

Segundo o TJPE, entre os serviços que poderão ser comprometidos estão a desativação de comarcas do interior; a duplicação do número de varas de Violência contra a Mulher no Recife (hoje são duas) e das varas de Entorpecentes também da capital (atualmente são quatro); a instalação das varas de Violência Contra a Mulher em Caruaru e Petrolina; a criação da Vara de Combate ao Crime Organizado e de mais uma Vara de Execuções Penais.

<b>Assunto: TJPE reclama de corte no orçamento, Governo nega</b>	
<b>Veículo:</b> Blog da Folha	<b>Data:</b> 10/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **TJPE reclama de corte no orçamento, Governo nega**

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) lançou uma nota, nesta quinta-feira (9), criticando o corte no orçamento do Poder Judiciário pelo Governo do Estado. O texto relata que a diminuição de despesas viola a independência da instituição “sem comunicação formal e sem prévia deliberação do Poder Legislativo”.

Ainda de acordo com a nota, o “desrespeito” com a autonomia do Poder Judiciário compromete o Estado Democrático de Direito e que “nunca foi vivenciado em Pernambuco”. O texto também diz que alguns serviços judiciais poderão ser prejudicados com a restrição de recursos.

Em resposta, o Governo do Estado relatou, também em nota, que respeita a autonomia dos poderes estabelecidos pela Constituição Federal e que mantém uma relação de “esforço mútuo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária”. O texto também diz que não houve nenhum corte do orçamento feito pelo Governo.

“O repasse do duodécimo mensal do Poder Judiciário, em que pese o contexto de crise econômica e financeira nacional, vem ocorrendo normalmente – sem nenhum corte – todo dia 20 do mês, de acordo com os valores estabelecidos pela Lei Orçamentária para o exercício de 2015, aprovada pela Assembleia Legislativa de Pernambuco em 2014”, diz a nota.

O Governo ainda relata que recebeu um novo pleito do Judiciário para ampliação de valores estabelecidos na Lei Orçamentária em vigor. Porém, não poderá atender de imediato o pedido do poder jurídico por conta do atual cenário nacional.

Na próxima segunda-feira (13), às 10h, será realizada uma sessão extraordinária do Pleno do Tribunal de Justiça para que o colegiado delibere sobre providências administrativas e judiciárias que poderão ser adotadas.

**Assunto: TJPE inaugura núcleo de conciliação para solucionar queixas contra a Compesa**

**Veículo: CNJ**

**Data: 10/04/2015**

**Editoria:**

**Seção:**



## TJPE

Tribunal inaugura núcleo de conciliação para solucionar queixas contra companhia de saneamento

<b>Assunto: TJPE inaugura núcleo de conciliação para solucionar queixas contra a Compesa</b>	
<b>Veículo: CNJ</b>	<b>Data: 10/04/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Tribunal inaugura núcleo de conciliação para solucionar queixas contra companhia de saneamento**



O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) passou a contar com um núcleo de conciliação pré-processual voltado para promover acordos entre a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) e a população. A parceria foi firmada nesta quarta-feira (8/4), na Central dos Juizados Especiais, no bairro da Imbiribeira, Recife, onde a unidade foi instalada. No local, os cidadãos poderão resolver suas demandas com

a Companhia sem necessidade de abrir processo judicial.

A Compesa é o segundo maior demandante nos Juizados Especiais do estado, atrás apenas da Celpe, concessionária de energia. Somente em 2014, houve 2.635 demandas relativas à empresa. Agora, tanto Compesa quanto Celpe contam com serviço de conciliação pré-processual no TJPE para agilizar a resolução de reclamações. Consumidores que tiverem queixas a respeito dos serviços de água e esgoto podem procurar o núcleo da Compesa, que funcionará de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, na Central dos Juizados.

O novo núcleo foi inaugurado pela coordenadora dos Juizados Especiais do TJPE, juíza Ana Luiza Câmara, e pelo diretor-presidente da Compesa, Roberto Tavares. “Esses núcleos de conciliação pré-processual são instalados a partir do levantamento do número de demandas das empresas. O objetivo é promover uma solução mais rápida e eficiente dos litígios. O cidadão sairá daqui com sua questão resolvida imediatamente. E caso não obtenha satisfação no acordo, poderá acionar os Juizados ou a Justiça Comum pela via processual”, explica a juíza Ana Luiza Câmara.

Para Roberto Tavares, o convênio firmado com o TJPE é bastante positivo para a Compesa. “Entendemos que a instalação desse núcleo vai melhorar a relação com os nossos clientes, propiciando acordos, além de economia de tempo e custos. Será eficiente para os clientes, para a Compesa e para o Tribunal de Justiça”, afirma.

Fonte: TJPE

<b>Assunto: TJPE ameaça reduzir serviço; Estado nega corte de verba</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 10/04/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

**G1****PERNAMBUCO**

## **TJ ameaça reduzir serviço; Estado nega corte de verba**

Desembargador Frederico Neves se diz surpreendido por 'corte expressivo'. Governo afirma que negou pedido para ampliação do orçamento.

<b>Assunto: TJPE ameaça desativar comarcas, mas governo nega corte orçamentário</b>	
<b>Veículo:</b> G1 Pernambuco	<b>Data:</b> 10/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



PERNAMBUCO NORDESTE

## **TJPE ameaça desativar comarcas, mas governo nega corte orçamentário**

*Desembargador Frederico Neves se diz surpreendido por 'corte expressivo'. Palácio das Princesas afirma que negou pedido para ampliação das verbas.*

A oferta de serviços judiciais no estado poderá ser reduzida este ano em função de um corte no orçamento do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). De acordo com nota divulgada na tarde desta quinta-feira (09), o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, "foi surpreendido com a notícia de que o Poder Executivo confirmará corte expressivo no orçamento do Poder Judiciário".

O governo do estado, no entanto, nega que qualquer redução de verbas tenha sido feita. "O Governo de Pernambuco vem a público deixar claro que não houve nenhum corte no orçamento do Poder Judiciário. O repasse do duodécimo mensal do Poder Judiciário, em que pese o contexto de crise econômica e financeira nacional, vem ocorrendo normalmente – sem nenhum corte – todo dia 20 do mês, de acordo com os valores estabelecidos pela Lei Orçamentária para o exercício de 2015, aprovada pela Assembleia Legislativa de Pernambuco em 2014", diz comunicado divulgado pelo Palácio do Campo das Princesas.

Ainda conforme a nota, o que foi negado ao TJPE foi um pedido para aumento do orçamento já previsto. "Este ano, o Governo do Estado recebeu um novo pleito do Judiciário para ampliação dos valores - envolvendo as fontes próprias do Tesouro estadual - estabelecidos na Lei Orçamentária em vigor. Infelizmente, diante do atual cenário nacional, não poderá ser atendido de imediato, o aumento pedido pelo citado Poder".

Por volta das 20h, o Tribunal de Justiça de Pernambuco divulgou nova nota, reafirmando a ocorrência da diminuição das verbas. "Ao tempo em que estranha a negativa do Governo, o TJPE reafirma a ocorrência de corte no orçamento do Poder Judiciário, definido na Lei Orçamentária Anual (No. 15.436, de 23/12/2014). Esclarece, ainda, que embora esteja havendo repasse do duodécimo mensal, a redução foi promovida em uma das fontes definidas pelo próprio Executivo para o repasse dos recursos", diz o documento.

### **Redução de serviços**

Segundo o TJPE, entre os serviços que poderão ser comprometidos estão a desativação de comarcas do interior; a duplicação do número de varas de Violência contra a Mulher no Recife (hoje são duas) e das varas de Entorpecentes também da capital (atualmente são quatro); a instalação das varas de Violência Contra a Mulher

em Caruaru e Petrolina; a criação da Vara de Combate ao Crime Organizado e de mais uma Vara de Execuções Penais.

Na próxima segunda-feira (13), o pleno do TJPE se reunirá, extraordinariamente, para definir quais providências administrativas e judiciais serão adotadas em função da redução orçamentária.

### **'Interferência do Executivo'**

Na primeira nota, o presidente do Tribunal de Justiça questiona, ainda, a interferência do Executivo no Judiciário. "A nenhum Governo é dado, ainda que sob a alegação de dificuldades, adotar, como primeira alternativa, postura que viole a independência de outro Poder, mediante a supressão de orçamento, de forma unilateral, sem comunicação formal e sem prévia deliberação do Poder Legislativo. O desrespeito à autonomia do Poder Judiciário, nessa magnitude, é comportamento reprovável nunca antes vivenciado em Pernambuco, que põe em risco o Estado Democrático de Direito", diz o documento.

O governo do estado, por sua vez, afirma que "respeita a autonomia dos Poderes estabelecidos pela Constituição Federal, com os quais mantém uma relação de esforço mútuo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. (...) O Governo do Estado reitera o respeito ao Poder Judiciário e aos seus membros. O Governo está aberto ao diálogo e com a disposição de continuar a verificar, conjuntamente, alternativas ao pleito apresentado".

### **Assembleias de servidores e oficiais de Justiça**

Na tarde desta quinta, representantes do Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado (Sindojus-PE) fizeram uma assembleia e decidiram por três dias de paralisação e um calendário de mobilizações. Eles reivindicam a implantação do plano de cargos para a categoria, o que vai implicar em melhoria salarial e de condições de trabalho.

Na segunda (13), haverá paralisação e um ato no pleno do Tribunal de Justiça, com concentração às 9h. Na terça (14), a paralisação continua, com atendimento somente dos casos de urgência. Na quarta (15), além da paralisação, haverá mobilização o dia todo nos fóruns e uma assembleia marcada para as 14h, no Fórum Paula Batista, no Recife. Durante a paralisação, serão atendidos apenas os casos de urgência, que são os que envolvem réus presos, casos de saúde, menor infratores ou crianças em perigo e apreciação de pedidos de liminares.

Também nesta quinta, o Sindicato dos Servidores de Justiça do Estado de Pernambuco (Sindjud-PE) realizou assembleia e definiu por duas paralisações este mês. A primeira será na segunda (13), terça (14) e quarta (15) da semana que vem. Na semana seguinte, a categoria deve parar por mais dois dias.

Nos dias de paralisação, os servidores vão para seus locais de trabalho, mas só atendem a demandas de urgência, como audiências envolvendo réus presos, processos de pensão alimentícia, apreciação de liminares e pedidos de habeas corpus. O atendimento ao público e os procedimentos administrativos de rotina não são feitos; as audiências regulares são canceladas.

"A assembleia de hoje foi para avaliar as conversas com o Tribunal de Justiça, a partir do compromisso assumido pela gestão do tribunal para o plano de valorização da carreira dos servidores. Diante da situação da alta evasão nos últimos anos, bem como de defasagem salarial, o Tribunal apresentou em 2014 uma proposta de melhoria na carreira. Não é o projeto ideal, mas o sindicato aprovou o anteprojeto por unanimidade", explica Marcelo Adriano, secretário-geral do Sindjud-PE. Esse projeto, no entanto, ainda não foi encaminhado para a Assembleia Legislativa.

<b>Assunto: Governo do Estado nega cortes no orçamento do Poder Judiciário</b>	
<b>Veículo: JConline</b>	<b>Data: 10/04/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

# jornal do commercio

BRIGA ENTRE PODERES

## Governo do Estado nega cortes no orçamento do Poder Judiciário

< 1 2 3 4 5 6 7 8 >



<b>Assunto: TJPE confronta governo Paulo Câmara sobre cortes no orçamento do Judiciário</b>	
<b>Veículo: JConline</b>	<b>Data: 10/04/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## jornal do commercio

### **TJPE confronta governo Paulo Câmara sobre cortes no orçamento do Judiciário**

*Presidente do Tribunal estuda tomar medidas judiciais contra o governo estadual*



Presidente do TJPE confronta o governo Paulo Câmara  
Igo Bione/Acervo JC Imagem

Um dia antes de completar 100 dias de gestão, o governador Paulo Câmara (PSB) se vê diante de outra crise após problemas com sindicato dos professores e policiais. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) enviou uma nota à imprensa reclamando do Poder Executivo devido a um "corte expressivo" no orçamento do Poder Judiciário. Nos bastidores, a informação é de que o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, está bastante insatisfeito com a postura do socialista, principalmente após a reunião que os dois tiveram ontem.

*Notícia atualizada às 18h10 com a resposta do governo estadual ao TJPE (na sequência do texto).*

De acordo com informações do TJPE, o orçamento definido para este ano foi R\$ 1,39 bilhão. Houve um corte de R\$ 103 milhões e antes já haviam sido cortados outros R\$ 56 milhões da proposta de orçamento aprovada pelo Pleno do tribunal, que era de R\$ 1,43 bilhão.

A presidência do TJPE convocou uma sessão extraordinária do Pleno para a próxima segunda-feira, às 10h, para deliberar sobre providências administrativas e judiciais que podem ser adotadas. Há a possibilidade do tribunal recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para receber os recursos.

Na nota, a linha de raciocínio do TJPE é de que o Executivo vem desrespeitando a autonomia do Judiciário. O texto declara que a atitude do governo é "comportamento

reprovável nunca antes vivenciado em Pernambuco, que põe em risco o Estado Democrático de Direito".

### **Greve e resposta**

Após assembleia realizada nesta quinta-feira, os servidores do Poder Judiciário decidiram entrar em greve a partir da próxima segunda-feira. Na quarta-feira, haverá um protesto da categoria em direção ao Palácio do Campo das Princesas.

O governo estadual se manifestou por meio de uma nota enviada pela assessoria de comunicação do governador. Nela, a administração socialista ressalta que "respeita a autonomia dos Poderes estabelecidos pela Constituição Federal, com os quais mantém uma relação de esforço mútuo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária".

Ainda segundo o documento, o governo do Estado não fez nenhum corte no orçamento do Poder Judiciário e que o repasse do duodécimo mensal do Poder Judiciário vem ocorrendo normalmente e sem cortes.

### **Confira, a seguir, as nota do TJPE e do Governo de Pernambuco na íntegra TJPE**

No dia de ontem, o Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Desembargador Frederico Neves, após várias reuniões com o Governador Paulo Câmara, foi surpreendido com a notícia de que o Poder Executivo confirmará corte expressivo no orçamento do Poder Judiciário.

A nenhum Governo é dado, ainda que sob a alegação de dificuldades, adotar, como primeira alternativa, postura que viole a independência de outro Poder, mediante a supressão de orçamento, de forma unilateral, sem comunicação formal e sem prévia deliberação do Poder Legislativo.

O desrespeito à autonomia do Poder Judiciário, nessa magnitude, é comportamento reprovável nunca antes vivenciado em Pernambuco, que põe em risco o Estado Democrático de Direito. Pontue-se, ademais, que, segundo o Portal da Transparência do CNJ (link orçamento), o percentual de participação do orçamento do Poder Judiciário de Pernambuco, 3,73%, no Orçamento Geral do Estado é um dos três piores do País, quando comparado ao dos demais Estados da federação.

Em vista disso, a Presidência do Tribunal de Justiça convocou sessão extraordinária do Pleno para a próxima segunda-feira (13/4), às 10h, para que o colegiado delibere sobre as providências administrativas e judiciais a serem adotadas.

Mantido esse cenário, alguns serviços judiciais prestados à população poderão ser seriamente comprometidos, com riscos de inviabilização de vários projetos que reforçariam o combate ao crime, previstos para este ano, tais como a duplicação das Varas de Violência contra a Mulher e das Varas de Entorpecentes da Capital, a instalação das Varas de Violência Contra a Mulher de Caruaru e Petrolina, a criação da Vara de Combate ao Crime Organizado e de mais uma Vara de Execuções Penais.

Estuda-se, ainda, como alternativa, a desativação de comarcas do interior, por absoluta falta de recursos apropriados, o que, infelizmente, afetará a população.

### **Governo de Pernambuco**

O Governo do Estado de Pernambuco respeita a autonomia dos Poderes estabelecidos pela Constituição Federal, com os quais mantém uma relação de esforço mútuo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. O Governo de Pernambuco vem a público deixar claro que não houve nenhum corte no orçamento do Poder Judiciário.

O repasse do duodécimo mensal do Poder Judiciário, em que pese o contexto de crise econômica e financeira nacional, vem ocorrendo normalmente – sem nenhum corte – todo dia 20 do mês, de acordo com os valores estabelecidos pela Lei Orçamentária para o exercício de 2015, aprovada pela Assembleia Legislativa de Pernambuco em 2014.

Este ano, o Governo do Estado recebeu um novo pleito do Judiciário para ampliação dos valores - envolvendo as fontes próprias do Tesouro estadual - estabelecidos na Lei Orçamentária em vigor. Infelizmente, diante do atual cenário nacional, não poderá ser atendido de imediato, o aumento pedido pelo citado Poder.

O Governo do Estado reitera o respeito ao Poder Judiciário e aos seus membros. O Governo está aberto ao diálogo e com a disposição de continuar a verificar, conjuntamente, alternativas ao pleito apresentado.

<b>Assunto: TJPE reafirma cortes no orçamento</b>	
<b>Veículo: NE10</b>	<b>Data: 10/04/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



**PERNAMBUCO**

**TJPE reafirma  
cortes no  
orçamento**

<b>Assunto: TJPE reafirma que houve cortes no orçamento e promete medidas contra governo Paulo Câmara</b>	
<b>Veículo: NE10</b>	<b>Data: 10/04/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **TJPE reafirma que houve cortes no orçamento e promete medidas contra governo Paulo Câmara**

Tudo começou no meio da tarde, quando o Blog de Jamildo revelou, com informações do presidente do Sindojus-PE, Marco Albuquerque, que o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, havia dado uma declaração simbolicamente muito forte, reveladora da crise fiscal que afeta as contas do Estado.

“Instaurou-se uma crise entre o Judiciário e o Executivo de Pernambuco” declarou Frederico Neves, em reunião com o Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado (Sindojus-PE) e as demais entidades representativas da categoria (ASPJ-PE e Sindojud-PE) na manhã desta quinta (9). No encontro, o magistrado disse com todas as letras que o motivo do desencontro era a negativa de cumprimento por parte do Executivo em relação ao repasse aprovado na Assembleia Legislativa de Pernambuco e sancionado pelo governo do Estado para este ano, verba usada para garantir o funcionamento do Judiciário e atendimento da população.



Neste começo de noite, o Tribunal de Justiça de Pernambuco divulgou uma nova nota oficial, informando que, ao tempo em que estranha a negativa do Governo, reafirma a ocorrência de corte no orçamento do Poder Judiciário, definido na Lei Orçamentária Anual (No. 15.436, de 23/12/2014).

“Esclarece, ainda, que embora esteja havendo repasse do duodécimo mensal, a redução foi promovida em uma das fontes definidas pelo próprio Executivo para o repasse dos recursos. O Pleno do Tribunal se reúne na próxima segunda-feira (13/4) para definir as medidas judiciais e administrativas cabíveis”, diz o texto.

<b>Assunto: Caso de negligência médica em cirurgia bariátrica tem nova audiência de instrução</b>	
<b>Veículo: NE10</b>	<b>Data: 10/04/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Caso de negligência médica em cirurgia bariátrica tem nova audiência de instrução**

*Cirurgião será ouvido para esclarecer fatos. Réu deve ser interrogado na sessão*

Ocorre, nesta sexta-feira (10), mais uma audiência de instrução a respeito da morte da jovem Fernanda Nóbrega, em novembro de 2013. O réu é o médico Gustavo Menelau, que responde por homicídio culposo. A sessão ocorrerá às 14h, na 7ª Vara Criminal, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, na área central do Recife.

A fase de ouvida das testemunhas de defesa e do réu deveria ter sido finalizada no dia 6 de março deste ano, mas uma nova audiência foi marcada porque uma das testemunhas de defesa não compareceu. O advogado do réu desistiu da ouvida, mas o juiz do caso atendeu à solicitação do assistente de acusação e do advogado da família da vítima e manteve o depoimento pela importância ao esclarecimento dos fatos.

O também cirurgião bariátrico Josemberg Campos, portanto, será ouvido, mas na condição de testemunha do juízo, e não mais da defesa. O interrogatório do réu também deve ocorrer na audiência desta sexta-feira.

O médico será julgado por negligência no caso que resultou na morte da paciente após uma cirurgia de redução de estômago, em outubro de 2013, em um hospital particular do Recife. Conforme familiares, a jovem teria sido induzida a passar pelo procedimento, mesmo não tendo obesidade mórbida. Após a cirurgia, a vítima não reagiu bem e teve que voltar à unidade de saúde para corrigir uma obstrução em seu intestino.

Mesmo após o segundo procedimento, Fernanda continuou reclamando de dores fortes e de falta de ar, mas, ainda conforme familiares, o médico teria dito que se tratava de sintomas de ansiedade. Fernanda morreu quatro dias depois da primeira cirurgia, deixando dois filhos pequenos.

<b>Assunto: Quarta audiência do caso Fernanda Nóbrega acontece nesta sexta</b>	
<b>Veículo: NE10</b>	<b>Data: 10/04/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Quarta audiência do caso Fernanda Nóbrega acontece nesta sexta**



Família diz que Fernanda foi induzida a engordar para fazer a cirurgia e emagrecer mais rápido  
Foto: Reprodução/Facebook

Uma nova audiência do caso do médico Gustavo Menelau acontece nesta sexta-feira (10). O médico é acusado de homicídio culposo pela morte da jovem Fernanda Nóbrega, ocorrida no dia 2 de novembro de 2013 após uma cirurgia bariátrica realizada por ele. Esta será a audiência de número 4 e acontecerá na sede da 7ª Vara Criminal, do Fórum Joana Bezerra, na área Central do Recife. Ela será realizada porque na última audiência (realizada no dia 6 de março) uma das testemunhas de defesa de Gustavo Menelau não apareceu.

Com a decisão do advogado de Menelau em não mais ouvir essa testemunha, o juiz Francisco Galindo atendeu à solicitação do assistente de acusação e advogado da família de Fernanda Nóbrega, Éric Gondim, de que o depoimento do médico Josemberg Campos, presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica-SBCBM, seria muito importante para o esclarecimento dos fatos que envolvem a morte da jovem. Campos é a testemunha de defesa que não compareceu à audiência anterior.

O magistrado acatou os argumentos do advogado da família da vítima e determinou a intimação do também cirurgião bariátrico, Josemberg Campos, que passou de testemunha de defesa para testemunha do juízo. Em virtude do fato, o interrogatório do réu Gustavo Menelau foi adiado para a audiência desta sexta-feira, uma vez que ele só poderá ser ouvido após a conclusão dos depoimentos de todas as testemunhas.

RELEMBRE O CASO - O médico Gustavo Menelau é acusado de negligência no pós-operatório da paciente Fernanda Nóbrega, que morreu aos 26 anos de idade, deixando dois filhos menores. A família da jovem alega que todos os sintomas que ela apresentou no pós a cirurgia foram ignorados pelo médico e atribuem a isso a sua morte.

Menelau teria diagnosticado Fernanda Nóbrega com "ansiedade", quando na verdade a jovem desenvolvia um quadro de tromboembolia pulmonar.

<b>Assunto: Cirurgião será interrogado em audiência de julgamento do caso Fernanda Nóbrega</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 10/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

**DIARIO** de **PERNAMBUCO**  
.com.br

## **Cirurgião será interrogado em audiência de julgamento do caso Fernanda Nóbrega**

A quarta audiência de instrução e julgamento do médico Gustavo Menelau, que responde por homicídio culposo pela morte da empresária Fernanda Nóbrega, de 26 anos, após uma cirurgia bariátrica, está marcada para esta sexta-feira (10). A sessão acontecerá na 7ª Vara Criminal do Recife, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, em Joana Bezerra, às 14h. Desta vez, será feito o interrogatório do réu.

A cirurgia foi realizada no dia 2 de novembro de 2013, no Hospital Unimed III, na região central do Recife. A fase de ouvida das testemunhas de defesa e do réu deveria ter sido finalizada na terceira audiência, em março, mas uma das testemunhas arroladas pela defesa do cirurgião, o também médico Josemberg Campos, não compareceu.

Com o não comparecimento da testemunha, o advogado do réu desistiu da ouvida, mas o assistente de acusação e advogado da família de Fernanda Nóbrega, Éric Gondim, pediu que o depoimento do médico, presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica, fosse feito. A solicitação foi acatada e Josemberg Campos passou de testemunha de defesa para testemunha do juízo.

### **Relembre o caso**

O médico é acusado de negligência no pós-operatório de Fernanda Nóbrega. Segundo os familiares da vítima, os sintomas apresentados por ela foram ignorados pelo médico, o que culminou em sua morte. Ela foi diagnosticada com ansiedade, quando desenvolvia uma tromboembolia pulmonar. Além do processo criminal, o cirurgião também responde a um processo ético no Conselho Regional de Medicina.

<b>Assunto: Polícia prende envolvidos em homicídio, tráfico e roubo</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 10/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Polícia prende envolvidos em homicídio, tráfico e roubo**

*A associação criminosa agia em Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma e, principalmente, Paulista*

Na manhã desta quinta-feira (9), a Secretaria de Defesa Social desencadeou a VIII Operação de Repressão Qualificada com o objetivo de identificar e prender uma associação criminosa suspeita de envolvimento em homicídio, tráfico de drogas e roubo. O grupo atua nas cidades de Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma e, principalmente, Paulista, todas na Região Metropolitana do Recife.

A “Operação Coliseu”, como foi denominada, receberá o apoio de 50 oficiais e visa cumprir quatro mandados de prisão e sete de busca e apreensão domiciliar expedidos pelo Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paulista. A ação foi coordenada pela Diretoria Integrada Metropolitana da Polícia Civil (DIM). As investigações tiveram início há 8 meses e foram efetuadas pela 8ª Delegacia Seccional de Paulista (Desec).

Os detalhes da operação, como vídeos do momento das prisões e os materiais apreendidos, serão divulgados nesta sexta-feira (10), durante uma coletiva de imprensa. A reunião acontecerá no quarto andar da Sede Operacional da Polícia Civil, no bairro de Santo Amaro, área central do Recife, às 9h. No mesmo momento, serão apresentados os resultados da VII Operação de Repressão Qualificada, denominada "Operação Suporte", que visa desarticular uma associação criminosa especializada em roubo de geradores de energia elétrica, com atuação em Pernambuco e na Bahia.

<b>Assunto: Polícia prende envolvidos em homicídio, tráfico e roubo</b>	
<b>Veículo:</b> folhape.com.br	<b>Data:</b> 10/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Polícia cumpre mandados de prisão de envolvidos em homicídios em Paulista**

*Investigações iniciaram há oito meses. Ofensiva teve participação de 50 policiais civis*

Foi desencadeada, nesta quinta-feira (9), a Operação Coliseu. A ação tem por objetivo identificar e prender integrantes de uma associação criminosa composta por envolvidos com homicídios, tráfico de drogas, associação para o tráfico e roubos. O grupo tinha atuação em Paulista, no Grande Recife.

A finalidade foi cumprir quatro mandados de prisão e sete mandados de busca e apreensão domiciliar expedidos pelo juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paulista. Conforme a Polícia Civil, as investigações tiveram início há oito meses. Participaram da ofensiva 50 policiais. Mais detalhes serão divulgados somente nesta sexta-feira (10).

### **Outra operação**

Também nesta sexta, serão apresentados detalhes sobre a Operação Suporte, que teve o objetivo de identificar e prender envolvidos no furto de geradores de energia elétrica. A quadrilha agia em Pernambuco e em outros estados do Nordeste, como a Bahia.

<b>Assunto: Caso de negligência médica em cirurgia bariátrica tem nova audiência de instrução</b>	
<b>Veículo:</b> folhape.com.br	<b>Data:</b> 10/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Caso de negligência médica em cirurgia bariátrica tem nova audiência de instrução**

*Cirurgião será ouvido para esclarecer fatos. Réu deve ser interrogado na sessão*

Ocorre, nesta sexta-feira (10), mais uma audiência de instrução a respeito da morte da jovem Fernanda Nóbrega, em novembro de 2013. O réu é o médico Gustavo Menelau, que responde por homicídio culposo. A sessão ocorrerá às 14h, na 7ª Vara Criminal, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, na área central do Recife.

A fase de ouvida das testemunhas de defesa e do réu deveria ter sido finalizada no dia 6 de março deste ano, mas uma nova audiência foi marcada porque uma das testemunhas de defesa não compareceu. O advogado do réu desistiu da ouvida, mas o juiz do caso atendeu à solicitação do assistente de acusação e do advogado da família da vítima e manteve o depoimento pela importância ao esclarecimento dos fatos.

O também cirurgião bariátrico Josemberg Campos, portanto, será ouvido, mas na condição de testemunha do júízo, e não mais da defesa. O interrogatório do réu também deve ocorrer na audiência desta sexta-feira. O médico será julgado por negligência no caso que resultou na morte da paciente após uma cirurgia de redução de estômago, em outubro de 2013, em um hospital particular do Recife. Conforme familiares, a jovem teria sido induzida a passar pelo procedimento, mesmo não tendo obesidade mórbida. Após a cirurgia, a vítima não reagiu bem e teve que voltar à unidade de saúde para corrigir uma obstrução em seu intestino.

Mesmo após o segundo procedimento, Fernanda continuou reclamando de dores fortes e de falta de ar, mas, ainda conforme familiares, o médico teria dito que se tratava de sintomas de ansiedade. Fernanda morreu quatro dias depois da primeira cirurgia, deixando dois filhos pequenos.